*Artigo

Modernização necessária

Os números divulgados sobre o desemprego no Brasil são alarmantes, embora previsíveis pelo ambiente inóspito ao empreendedorismo criado nos últimos anos no país. A discussão sobre este tema passa longe da abordagem correta e normalmente serve mais para discursos demagógicos dos defensores dos "direitos dos trabalhadores" do que sobre os verdadeiros motivos que se tornaram entraves às novas contratações.

Neste aspecto, as mudanças na CLT – com o objetivo de atualizá-la, foram positivas e devem oxigenar as relações trabalhistas tornando-as mais modernas e garantindo mais segurança às partes envolvidas. Protestos isolados acerca do fim do imposto sindical obrigatório demonstram que interesses corporativos foram contrariados e que, a partir de agora, representantes sindicais precisam mostrar serviço para continuar recebendo recursos antes garantidos constitucionalmente.

Alguns indicadores extremamente simples demonstram que existia algo de muito errado nas relações trabalhistas brasileiras. A Constituição de 88, farta na criação de direitos, e escassa na de deveres, criou uma infinidade de obrigações aos empregadores que inexiste em nenhum outro país, seja ele de qualquer matiz ideológica. Enquanto aqui a transferência de renda para os trabalhadores não pressupõe nenhum vínculo com a produtividade, muitos países conferem à agilidade do mercado a melhoria das receitas das empresas e, por consequência, dos seus colaboradores. Em decorrência desta política assistencialista, apenas uma indústria prosperou: a de ações trabalhistas – das quais o país tornou-se campeão mundial.

O seguro-desemprego, concebido com o correto argumento de conferir garantia a quem fosse demitido, foi parcialmente desvirtuado criando-se um balcão paralelo de negócios, onde muitos se aproveitam deste "direito" para reforçar a poupança trabalhando na informalidade e embolsando estes recursos sem nenhum constrangimento. Como o próprio nome já diz, este recurso deveria ser utilizado apenas para aqueles realmente necessitados, até acessarem novamente o mercado de trabalho.

A possibilidade do fatiamento das férias e os novos tipos de jornadas de trabalho, além da flexibilização na pausa para o almoço são mudanças positivas em direção à melhoria da produtividade do trabalhador brasileiro. Também houve avanços positivos no sentido de permitir que prêmios sejam pagos aos colaboradores e que isto não seja incorporado aos salários, aumentando custos e inviabilizando este tipo de incentivo. A litigância de má-fé também foi atingida ao permitir que aqueles que mentirem em juízo sejam multados, o que evitará os abusos antes cometidos.

Enquanto aqui cresciam os discursos de fomento ao conflito entre patrões e empregados o restante do mundo entendeu que, para que os colaboradores melhorassem de vida, era necessário que os empreendedores ganhassem dinheiro, sem que houvesse nenhum pecado nisso. Foram criados inúmeros cabides de empregos em nome da proteção de direitos trabalhistas quando o certo seria diminuir a burocracia de contratações e demissões. A grande maioria das micro e pequenas empresas buscou na informalidade a última tentativa de sobrevivência para não afundar no pântano lamacento da burocracia e sua irmã siamesa, a corrupção. O governo – sócio majoritário da maioria dos empreendedores – exige cada vez mais e oferece cada vez menos.

Muitos que diziam defender a classe trabalhadora agora se escondem atrás de retóricas vazias criticando as flexibilizações da CLT e vociferando contra patrões que, segundo eles, desejam se apropriar dos recursos dos trabalhadores. Todavia, não abrem mão de seus privilégios e mordomias, o que lhes asseguram gordas aposentadorias em muito pouco tempo de trabalho. Atuam em nichos de mercado que garantem apenas os próprios privilégios, apoiando sindicatos e associações que servem apenas para melhorar a vida de uma minoria. Decorre desta falta de compromisso a estagnação da produtividade do trabalho no país, que hoje é inferior à de três décadas atrás.

As fazendas e empresas rurais que possuem colaboradores vivem em eterno sobressalto pela dificuldade de atendimento às centenas de exigências da legislação trabalhista brasileira. Resulta disso uma tendência cada vez maior de investimentos em equipamentos que demandem menos contratações, pelo risco que estas representam. Este ambiente precisava ser modificado e as reformas na CLT foram apenas o primeiro passo no sentido de buscar mais equilíbrio e segurança, além de menos burocracia.

É preciso que estas modificações na CLT – que mantiveram a maioria dos direitos trabalhistas – permitam o acesso ao mercado de trabalho daqueles milhões de brasileiros que hoje se encontram alijados dele.

Rogério Arioli Silva - O autor é engenheiro agrônomo e produtor rural em Mato Grosso (Artigo publicado na revista Agro DBO)

Diário da Serra®
O DIA-A-DIA DA NOTÍCIA
Propriedade da E. Tormes & Cia. Ltda - ME
ISSN 2238-6467
FUNDADO EM 11 DE NOVEMBRO DE 1996
Edição on-line desde 06 de setembro de 1997
ENDEREÇO
Av. Tancredo Neves, 1247-W, Parque Mansões • Tangará da Serra - MT CEP: 78300-000
Fone (65) 3326-4724 Fax 3326-6501
CIRCULAÇÃO
Tangará da Serra, Nova Olímpia, Denise, Arenápolis, Nortelândia, Nova Marilândia, Santo Afonso, Barra do Bugres, Campo Novo do Parecis e Sapezal.
Tiragem total: 1,5 mil exemplares
ADMINISTRATIVO
DIREÇÃO GERAL
Mano Reski
mano@diariodaserra.com.br
DIREÇÃO ADMINISTRATIVA
Silvana Tormes
silvana@diariodaserra.com.br
REDAÇÃO
DIREÇÃO DE JORNALISMO
Fabiola Tormes
CONTATO
redacao@diariodaserra.com.br
DEPTO. DE ARTES
Thiago L. Machado
Vitória Bertol
DEPARTAMENTO COMERCIAL
PUBLICIDADE E ASSINATURA
PUBLICIDADE LEGAL
GRÁFICA
E. Tormes & Cia Ltda-ME
Av. Tancredo Neves, 1247-W, Sala 02
CNPJ 14.048.123/0001-07
CONTATO
adm@diariodaserra.com.br
65 3326-4724
CENTRAL DO ASSINANTE: 65 3326-6501
www.diariodaserra.com.br
www.ds.jor.br

*Curtas

Terapias energéticas

O Núcleo de Qualidade de Vida da Seduc está ofertando sessões de Reiki, Floral e Aromaterapia, como forma de ampliar os cuidados com o bem-estar emocional e mental dos seus servidores. A servidora Simone Zanelatti de Cubas foi a responsável pelo projeto. Ela, que há cinco anos começou a estudar a homeopatia, percebeu a necessidade de ampliar o diálogo sobre a terapia energética. Para a ação, duas pessoas foram designadas para um espaço terapêutico e ofertam os serviços de forma voluntária aos servidores da Seduc. "Hoje estamos oferecendo três terapias, Reiki, Floral e Aromaterapia, que ajudam a controlar o estresse e liberar a endorfina, causando sensação de bem-estar. Precisamos de um tempo para cuidar de nós mesmo". Segundo ela, o Núcleo de Qualidade de Vida oferta os tratamentos pensando na saúde dos servidores, que muitas vezes cuidam só do básico e esquecem de dar atenção ao equilíbrio emocional e à reposição energética. A terapia energética é mais um diferencial ofertado aos servidores. Em quase um mês de ação, uma média de 50 servidores já participaram da terapia.

Reconhecimento I

O deputado Saturnino Masson (PSDB) apresentou esta semana Moção de Aplausos aos professores e alunos da Escola Técnica Estadual de Tangará da Serra pela premiação do 1º lugar na 14ª Semana Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, com o Projeto: "Gestão do lixo eletrônico: seu lixo eletrônico tem endereço".

Reconhecimento II

"Quero cumprimentar os alunos, professores e todos os envolvidos nesse projeto. Precisamos de mais projetos como esse que além de prevenir os danos ambientais é possível dar a destinação correta ao lixo eletrônico, e ainda possibilitar a reciclagem desse material que pode gerar emprego e renda", declarou o parlamentar.

Obras rodovias

Para assegurar a continuidade das obras de revitalização de 75 km da rodovia MT-235, em Campo Novo e a de pavimentação de 25 km da MT-110, em Novo São Joaquim, o Governo rescindiu dois contratos com as construtoras Paviservice e HL Construtora, uma vez que elas não vinham executando os serviços na qualidade exigida.

Retomada

No lugar delas, foram convocadas as empresas Cavalca Construções e Destesa Terra, respectivamente, que darão andamento as obras. As duas rodovias são estratégicas para a logística do Estado e para o escoamento da grande produção de grãos na região. Diante desta medida, as obras serão retomadas em 2018.

*Bastidores da Política

Fim da greve

Os servidores do Departamento Estadual de Trânsito realizaram uma assembleia geral, na tarde desta quinta-feira, 9, e deliberaram o fim da greve de 59 dias. O anúncio foi realizado pela presidente do Sindicato dos Servidores do Detean (Sitetran-MT), Daine Renner, no auditório do órgão, logo após a deliberação dos trabalhadores.

Retorno

Eles retomam o trabalho já na manhã desta sexta-feira. Os trabalhadores atenderam ao pedido do governador em exercício Carlos Fávaro. "O governador assumiu um compromisso com o Sindicato em conceder o reajuste salarial da categoria em 2019. Nós concluímos 59 dias de greve e uma negociação que durou mais de 10 meses".

R$ 156 mi

Após nova reunião em Brasília a bancada federal de Mato Grosso definiu por acatar o acordo firmado entre o governador Pedro Taques (PSDB) e o prefeito da Capital Emanuel Pinheiro (PMDB), e destinar os R$ 156 milhões da emenda conjunta para o custeio da saúde pública estadual. A definição saiu de nova reunião na noite de quarta.

Dívida saúde

De acordo com o deputado federal Fabio Garcia (sem partido), R$ 126 milhões serão utilizados pelo Executivo estadual para pagar os hospitais filantrópicos, hospitais regionais, a dívida com a saúde básica dos municípios, a média e alta complexidade e dívidas com as UTIs. Os R$ 30 milhões restantes serão destinados aos municípios.

Exoneração

E diante dessa crise que a saúde de Mato Grosso está vivendo, o deputado Romualdo Júnior, usando a tribuna nesta quinta, pediu a exoneração do secretário Luiz Soares. Segundo o parlamentar, o governador Carlos Fávaro determinou o pagamento dos atrasados aos hospitais filantrópicos, mas o secretário resistiu e não fez a transferência.

Teimosia

"Estamos nesse impasse. A minha sugestão é de o governador Carlos Fávaro demitir o secretário de Saúde e pôr alguém no lugar que saiba gerir a SES. Por teimosia do secretário, vai continuar morrendo gente em todo o estado, por falta de atendimento médico e hospitalar. Quem manda em Mato Grosso é Luiz Soares ou é Taques".

Sem acesso

Romoaldo Júnior disse ainda que o Soares vem, sucessivamente, descumprindo ordens do governador. Disse também que os parlamentares não têm qualquer tipo de acesso ao secretário. "Nem a bancada do Governo consegue ser atendida pelo secretário. O que vem a ponto é saber quem manda mais?".

Mais críticas

Críticas foram feitas inclusive pelo líder do Governo, deputado Dilmar Bal Bosco. "O governador deu ordem que o secretário Luiz Soares, se achando endeusado, não está cumprindo". "Essa Casa precisa ter uma postura séria. Não podemos aceitar o tratamento que o secretário está dando ao povo de Mato Grosso", emendou Adriano Silva.

MPE instaura inquérito contra Taques

O Ministério Público Estadual (MPE) instaurou inquérito civil e diligências investigatórias preliminares para investigar suposta improbidade administrativa cometida pelo governador Pedro Taques (PSDB). A denúncia que originou inquérito foi encaminhada ao MPE pelos deputados Janaina Riva (PMDB) e Zeca Viana (PDT) e está fundamentada em documentos que comprovam o uso da máquina pública, por meio do Gabinete de Comunicação, para promoção pessoal e política do governador visando um possível projeto de reeleição ao Poder Executivo em 2018, ferindo o princípio constitucional da pessoalidade. Outro ponto de fundamentação da denúncia é o excesso dos gastos com publicidade que extrapolou entre os meses de janeiro e julho, 34% do valor previsto para ser gasto durante o ano todo de 2017. Em sete meses o governo do estado já extrapolou em mais R$ 13 milhões, somente em gastos com publicidade e propaganda.